



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: A PRÁTICA DE UM OLHAR ATENTO E AFETUOSO

Paula Ernestina Leal de Oliveira Cardoso (pcardoso525@gmail.com)
Francieli Martins Chibiaque (f.chibiaque@gmail.com)
Taise Acunha Escobar (taiseescobar@gmail.com)
Giselda Mesch Ferreira da Silva (gisamesch@gmail.com)

Eixo temático 1. Experiências e Práticas Pedagógicas.

“Nada de mim, sem mim”.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui potentes leis voltadas à Educação Especial¹. Entretanto, nem sempre os direitos dos sujeitos com deficiência são respeitados e a inclusão, muitas vezes, não acontece de verdade. Podemos destacar a Lei nº 13146, que é considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovada em 2015. Em seu Art. 1º, já mostra a sua força e a que veio, conforme podemos observar:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a **assegurar** e a **promover**, em **condições de igualdade**, o exercício dos **direitos** e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, Art. 1º). (grifo nosso)

A própria LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996, traz um capítulo inteiro dedicado à Educação Especial, tratando-a, inclusive, como uma modalidade de educação, como destaca em seu artigo 58º

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a **modalidade de educação escolar** oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, Art. 58º) (grifo nosso)

O capítulo V da referida lei, aborda, além da conceituação de Educação Especial, a forma de atendimento e compromissos que devem ser adotados pelas escolas para atendimento dos educandos com alguma deficiência, bem como a legalidade da formação dos profissionais da educação que atendam este público.

¹ Para maiores informações sobre a legislação vigente acerca da Educação inclusiva ver página: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial>

A LDB tratou de encaminhar e dar as diretrizes para o que a Constituição Federal de 1988 já referendava no artigo 208, inciso III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, Art.208).

Além da LDB existem outras inúmeras leis, decretos, resoluções e convenções que põem em pauta o direito dos portadores de deficiência a uma educação de qualidade. No entanto, de nada valerá o esforço para que elas fossem publicadas se não existirem pessoas engajados/as em tirá-las do papel, desengavetá-las e fazer da escola um lugar plural, diverso, orgânico e rico em respeito e amor. Amor ao próximo, amor à vida, amor à educação, porque como afirma FREIRE (1999):

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor impostos. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação de medo. Nada se pode temer da educação quando se ama.” (FREIRE, 199, p.29).

Ao encontro do engajamento anteriormente citado e do amor a que se refere Freire, foram encaminhadas as estratégias, o planejamento e todo o fazer pedagógico relacionados a todos os sujeitos que compunham a turma a qual se refere o presente relato, mas obviamente sempre com o olhar mais apurado para o educando que conheceremos a seguir.

O desafio de receber um educando portador de deficiência, se deu início a partir da anamnese feita pela educadora junto à família da criança, a mesma possui restrições motoras, fazendo uso de cadeira de rodas adaptada e ausência do controle motor, decorrente à falta de oxigênio no cérebro ocasionada durante o parto. Também foi diagnosticado com Transtorno do Espectro do Autismo aos sete anos de idade.

2. CONTEXTO E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Este trabalho, é um relato de experiência, referente a algumas práticas pedagógicas desenvolvidas em uma turma de 5º ano, ao longo do ano letivo de 2018, em uma escola pública, em um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Ao iniciar o ano letivo durante a primeira reunião pedagógica, a educadora recebeu a lista com os vinte e cinco nomes que formavam a turma, sendo comunicada sobre a presença de um educando portador de deficiência. A professora ao receber um estudante com deficiência, percebe que infelizmente esse sujeito na maioria dos casos é visto, em sua singularidade, apenas pela deficiência que possui.

Inicialmente foi realizada juntamente à família, a anamnese, que consiste em uma entrevista onde a educadora pode se inteirar mais sobre a situação e a partir de então, traçar estratégias pedagógicas. Nesta o familiar relata durante o diálogo com a educadora, que o menino gosta muito de todos os times de futebol, reconhece a forma escrita de todos os nomes dos times, assim como seus respectivos símbolos.

O educando, está na escola desde o primeiro ano do Ensino Fundamental, segundo o familiar. Possui acompanhamento de uma professora auxiliar e não participa das atividades propostas à turma. O menino não frequenta a sala de recursos da escola, por opção da família, pois no turno inverso ao da escola, frequenta a fonoaudióloga, o fisioterapeuta, o neuropediatra e faz equoterapia, conforme comprovantes apresentados.

Após a anamnese efetuada junto à família, dos diversos relatos e um visível descontentamento, demonstrado durante a narrativa, que revelou que o menino

ficava sempre ao fundo da sala, juntamente com a professora auxiliar, sem participar das atividades propostas à turma, ficou decidido pela educadora que essa realidade iria mudar.

No primeiro dia de aula, foi comunicado à professora auxiliar que acompanhava o educando desde seu ingresso na escola, que o mesmo não iria mais continuar no fundo da sala, a parte dos demais. A mesa adaptada que foi adquirida pela escola para receber o menino, foi colocada junto às outras mesas que formavam um círculo, diariamente durante as aulas.

O menino frequentava a sala de aula regular, duas vezes por semana, duas horas por aula. Foi combinado com a turma, que nesses dias todos iriam trazer de casa uma almofada, pois no decorrer das aulas, após consulta ao fisioterapeuta, o colega seria retirado da cadeira de rodas e todos iriam sentar-se no chão.

E assim foi feito (conforme figura 1), após perguntar ao fisioterapeuta se o menino poderia ser retirado da cadeira pela educadora e o mesmo sinalizar positivamente. Foi um momento incrível, cansativo fisicamente para a educadora, mas com certeza gratificante para todos, principalmente ao constatar o encantamento nos rostos, pelo fato de nunca antes terem presenciado o colega além da cadeira de rodas.

Abaixo a figura 1, ilustra um dos diversos momentos em que o menino foi retirado da cadeira.



Fonte: acervo pessoal da educadora.

Nesses momentos eram desenvolvidas atividades orais (figura 2), como cântico de canções, dos hinos dos times de futebol (assunto que o educando apreciava muito). Ao retornar o educando para a cadeira de rodas, eram desenvolvidas atividades esportivas na quadra da escola, como jogos de basquete e de futebol. Todas as crianças queriam ser do time do menino.

A seguir, é possível observar a figura 2, onde o menino está inserido e incluído em uma atividade oral, proposta ao grupo, pela educadora.



Fonte: acervo pessoal da educadora.

Através das diversas observações e registros efetuados pela educadora, a mesma percebeu que o menino reconhecia a escrita do nome de todos os times brasileiros de futebol, mesmo que a escrita fosse retirada da ordem, quando esses eram escritos no quadro da sala de aula.

Constatou-se então que o menino possuía memória fotográfica. A partir dessa descoberta, a educadora passou a alfabetizá-lo, através da memorização da escrita das palavras. Preliminarmente, o educando aprendeu o próprio nome, o nome dos familiares, da educadora e passou a conseguir ler palavras, frases e até pequenos textos. Foi uma grande conquista.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATO

Enxergar o educando além dos rótulos que recebe ao longo da sua trajetória escolar, faz toda a diferença na vida desse sujeito, ter a sensibilidade de oferecer diferentes recursos e múltiplos ambientes valoriza e estimula suas diferentes potencialidades.

Ao tratarmos dos educandos portadores de deficiência, esse olhar deve ser mais empático, atento e humano. Reconhecer esse ser humano como um sujeito de direito como todos os outros, é imprescindível no processo de ensino-aprendizagem, respeitando a capacidade de cada um.

De acordo com Consenza e Guerra (2011) o ambiente ao qual estamos expostos influencia no processo de aprendizagem, interferindo nos fatores psicológicos e emocionais e induzindo comportamentos que podem ser mais ou menos favoráveis ao aprendizado.

Potencializar a aprendizagem é um fator muito importante para o desenvolvimento conhecer e reconhecer nos alunos suas capacidades e facilidades despertam interesses neste processo, como podemos ver na passagem a seguir

Segundo referidos autores:

As estratégias pedagógicas promovidas pelo processo ensino-aprendizagem, aliadas às experiências de vida às quais o indivíduo é exposto, desencadeiam processos como a neuroplasticidade, modificando a estrutura cerebral de quem aprende. Tais modificações possibilitam o aparecimento dos novos comportamentos, adquiridos pelo processo de aprendizagem (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 143).

A inclusão necessita estar entrelaçada com práticas pedagógicas que

estimulem e instiguem todo o grupo envolvido, buscando sempre a socialização do aluno portador de deficiência com seus pares. Para Relvas (2012) garantir que as informações sejam transformadas em aprendizagem, as aulas devem ser emolduradas pela emoção, pois, quando estas têm significado para a vida, jamais serão esquecidas.

Um subsídio importante para que a inclusão deste educando acontecesse de maneira positiva junto ao grupo foi a utilização das imagens e exploração de seus gostos por futebol de forma a estimular seu processo de memorização aprendizagem, tornando-se assim a Tecnologias Assistivas (TA) criada pela educadora uma grande aliada da aprendizagem.

Segundo Bersch e Machado (2011) a tecnologia não só facilita, mas torna possível a realização de uma ação necessária ou desejada. Por meio da tecnologia, uma pessoa com deficiência tem possibilidades de mobilidade, controle de ambiente, comunicação, realização de tarefas do cotidiano, entre outras atividades.

Tecnologias assistivas, conforme a Lei 13.146/15, art. 3º, III é um termo usado para identificar todos os “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, prática e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015, p. 38).

Nesse sentido, a estrutura da escola pública, infelizmente, é precária. Os recursos pedagógicos são escassos, mas nem por isso inexistentes. Ser professor de escola pública, traz consigo a provocação da superação de não passar em branco na vida daqueles que têm seus caminhos entrelaçados, seja a família de um educando portador de deficiência, seja o próprio sujeito, sejam os demais personagens da história.

4. CONSIDERAÇÕES

A confirmação de que o percurso estava sendo extremamente positivo, se deu já no início do ano letivo a partir das modificações efetuadas em relação à participação do educando em sala de aula, sendo verdadeiramente incluído ao grupo, estando junto, sendo valorizado e respeitado dentro da sua singularidade.

Essas mudanças foram positivas e significativas ao educando e também para todo o grupo, que passou a interagir mais, e a demonstrar interesse por assuntos voltados à acessibilidade, de modo a pensar e propor estratégias para tornar melhor a vida do colega na escola. Outros fatores importantes a serem destacados é o empenho, compromisso e a participação da família como primordiais para o êxito de todo o processo.

Ainda que existam muitas dificuldades relacionadas a efetiva inclusão, tanto de cunho estrutural, formação continuada de qualidade aos professores envolvidos neste processo, entre tantos outros obstáculos encontrados, é possível tornar o educando portador de deficiência, parte do todo, levando em conta suas peculiaridades, possíveis dificuldades e a partir de um olhar amoroso, afetivo e realista, mas jamais romantizado, torna-se possível fazer a diferença na vida desse educando, e conseqüentemente a aprendizagem e sensibilização de todo o grupo onde ele está inserido.

A escola pública é lugar potente, modificador de realidades, transformador, e justamente por esse motivo, deve estar atenta a todos igualmente. É papel de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, responsabilidade dos educadores, uma prática pedagógica inclusiva, a partir da ação-reflexão-ação, onde autoavaliar-se é um processo contínuo, para que o ator principal desse processo, seja o maior beneficiado, o educando.

5. REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Tecnologia Assistiva - TA: Aplicações na educação**. In: SILUK, Ana Cláudia Pavão: Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 11 Jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

BRASIL. **LDB** – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

BRASIL. **Legislação de Educação Especial**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial>. Acesso em: 31 Jul. 2021.

CONSENZA, Ramon M; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e Educação**: Como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

RELVAS, Marta P. **Neurociência na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.